

Carlos Leonardo Esteves**Vilagram¹**ORCID: [0009-0009-5825-471X](https://orcid.org/0009-0009-5825-471X)**Alessandra Troian²**ORCID: [0000-0001-8207-6436](https://orcid.org/0000-0001-8207-6436)**Mitali Daian Alves Maciel³**ORCID: [0000-0002-6639-3922](https://orcid.org/0000-0002-6639-3922)

1 Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
leonardovilagram1910@gmail.com

2 Doutora em Desenvolvimento Rural e Docente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Unipampa (PPGA/Unipampa)
alessandratroian@unipampa.edu.br

3 Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
mitali.maciel@gmail.com

RESUMO

O estudo visa analisar a dinâmica e a influência do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), no cenário rural de Dom Pedrito/RS. A pesquisa possui abordagem quantitativa e caráter descritivo, realizada a partir da coleta de dados secundários, extraídos da matriz de crédito rural do Banco Central do Brasil, analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados apontam que, entre 2014 e 2021, mais de R\$ 670 milhões de reais foram acessados via PRONAMP no município, sendo 60% desse montante destinado à agricultura e 40% à pecuária, apesar de o município estar situado no Bioma Pampa, conhecido por apresentar características favoráveis à pecuária. O ápice no acesso foi em 2018, ano em que o Produto Interno Bruto esteve próximo de seu auge. Por fim, observa-se que o PRONAMP necessita de aprimoramentos pontuais, como em seus critérios para delimitar o grupo de beneficiários, pois apenas a renda é único critério de enquadramento, além de uma revisão acerca das garantias exigidas pelas instituições financeiras, uma vez que pode ser considerada como uma barreira na contratação do crédito rural.

Palavras-chave: Agropecuária; Bioma Pampa; Desenvolvimento; Modificações; Política Pública

ABSTRACT

The study aims to analyze the dynamics and influence of the National Support Program for Medium-Sized Rural Producers (PRONAMP) in the rural setting of Dom Pedrito/RS. The research has a quantitative approach and is descriptive in nature, based on the collection of secondary data extracted from the Central Bank of Brazil's rural credit matrix, analyzed using descriptive statistics. The results show that between 2014 and 2021, more than R\$670 million reais were accessed via PRONAMP in the municipality, with 60% of this amount going to agriculture and 40% to livestock, even though the municipality is in the Pampa Biome, which is known for having characteristics favorable to livestock. Access to the program peaked in 2018, a year in which the Gross Domestic Product was close to its peak. Finally, PRONAMP needs specific improvements, such as improving the criteria for delimiting the group of beneficiaries, since income is the only criterion for classification, and a review of the guarantees required by financial institutions, since this can be considered a barrier to contracting rural credit.

Keywords: Agriculture and Livestock; Pampa Biome; Development; Modifications; Public Policy

Código JEL: Q13; Q14; J18; R58

Recebido em: 23/07/2022

Aceito em: 13/11/2023

INTRODUÇÃO

O crédito rural, a partir do início do século XX, passa a ser a principal política pública de apoio à agricultura brasileira (Fossá et al., 2022). As políticas de crédito rural são capazes de ofertar condições e taxas adequadas para cada segmento em atividade no país, constituindo-se como um alicerce para a política agrícola nacional e um dos principais instrumentos de apoio ao setor (Ramos; Martha Junior, 2010).

Diversos marcos podem ser identificados na construção de políticas de crédito rural, desde o estabelecimento do penhor agrícola em 1885 a instituição da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), em 1937. Contudo, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), é referência na execução das políticas públicas, caracterizando-se como um sistema organizado, capaz de incentivar a modernização e impulsionar a produção agrícola (Bianchini, 2015; Castro, 2017; Scapin, 2021).

Coelho (2001) destaca que SNCR pautou-se em fomentar a competitividade aos produtos primários nacionais e impulsionar o progresso da economia brasileira. Inicialmente, pequenos e médios produtores eram o seu alvo principal, no entanto, um elevado volume de recursos começou a ser acessado por grandes produtores, tornando-os os maiores beneficiados da política creditícia (Carneiro, 1997; Machado, 2017).

O benefício direcionado aos grandes produtores decorre devido à forma seletiva de distribuição do crédito rural no Brasil (Bianchini, 2015). As instituições financeiras priorizavam grupos ligados à macrorregião Centro-Sul, a qual contava com agricultura modernizada, agroexportadora e com potencial de retorno financeiro. Nesses termos, a seletividade do crédito rural ocorreu, principalmente, pelo desajuste entre juros e preços agrícolas, entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990, ao deixar pequenos e médios produtores à margem da política de crédito.

Em função da forma seletiva e excludente da oferta de crédito rural, agricultores e confederações agrárias passaram a impor pressão sobre as autoridades governamentais, motivando a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) em 1994, que dois anos mais tarde, passa por reformulações resultando no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O objetivo do programa era alcançar os agricultores familiares, que na prática não eram beneficiados pelas políticas públicas vigentes (Mattei, 2005; Scapin, 2021).

Todavia, os médios produtores¹ permanecerem às margens das políticas de crédito rural, devido à renda e à posse de terras não se enquadrar nos programas existentes (Mattei; Fossá, 2017). Nesse contexto, em 2010, instituiu-se o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. O PRONAMP se destina a preencher o hiato entre os produtores com renda insuficiente para se enquadrar nos programas de crédito administrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e com ganhos superiores ao permitido para acessar o PRONAF (BNDES, 2012; Fossá et al., 2022).

A relevância do PRONAMP pode ser percebida no cenário nacional em virtude do significativo aumento de recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Conforme o Plano Safra de 2010-2011, R\$ 5,65 bilhões foi o valor destinado para fomentar a produção agropecuária nacional, e

¹O termo utilizado considera a definição da política pública a qual o estudo analisa. Segundo o BNDS (2020), enquadra-se como médio produtor, pessoas físicas ou jurídicas que possuam renda bruta anual de até R\$ 2 milhões de reais e tenham 80% de suas receitas oriundas da atividade agropecuária ou extrativa vegetal. Ainda, pela Lei de Reforma Agrária são aqueles que possuem acima de quatro a 15 módulos fiscais (Brasil, 1993).

no Plano Safra de 2020-2021, o montante disponibilizado correspondeu a R\$ 33,2 bilhões, evidenciando um aumento de 587,61% no período (Brasil, 2010; Brasil, 2020).

A análise das operações de crédito através do PRONAMP nos municípios brasileiros, torna-se um campo fértil de pesquisa sobre a dinâmica de atuação da política creditícia. Na região sul, especialmente, no município de Dom Pedrito-RS, a atividade agropecuária é a segunda maior responsável pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) e do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, tendo as culturas de soja, arroz, milho e sorgo, como principais atividades agrícolas, enquanto os rebanhos de bovinos e ovinos são os destaques na pecuária (SEBRAE, 2019). Além disso, cabe destacar que no município de Dom Pedrito o módulo fiscal equivale a 28 hectares (Brasil, 2023).

No entanto, conforme os últimos censos agropecuários de 2006 e 2017, o número de estabelecimentos rurais em Dom Pedrito diminuiu de 1.410 para 1.119. Paralelamente, a área dos principais cultivos, principalmente o de soja, aumentou no mesmo período, evidenciando que a terra ficou ainda mais concentrada nas “mãos” de um grupo menor de pessoas física (produtoras/es) ou jurídicas (empresas e/ou afins) (IBGE, 2019; SEBRAE, 2019; Maia; Troian, 2020).

O presente estudo, visa analisar a dinâmica e a influência do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural no cenário rural de Dom Pedrito/RS. Fundado em 30 de outubro de 1872, o município foi desmembrado de Bagé, seu surgimento ocorreu juntamente com o contrabando, na medida em que a atividade ilegal abria estradas para o povoamento. O progresso tomou impulso, principalmente nos setores de criação de gado e com a cultura do trigo. No final do século XX, houve o incentivo para o cultivo agrícola do arroz no município e no início do século XXI se iniciou o plantio de uvas para a elaboração industrial de vinho (Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, 2023).

O artigo, encontra-se organizado em cinco seções, a contar a introdução. Na seção dois, trata-se do histórico e alguns resultados e aplicações do PRONAMP, a três versa sobre a metodologia. Na seção quatro, são apresentados os resultados e na quinta as considerações finais.

PRONAMP COMO POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL BRASILEIRA

A criação do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, no ano de 2010, atrela-se à reestruturação do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER-RURAL), uma vez que o PRONAMP se trata de uma alteração do PROGER-RURAL, devido à necessidade de atender as demandas dos médios produtores rurais, mantendo todas suas diretrizes e normativas (Bianchini; 2015). Vigente desde 1995, o PROGER-RURAL é um programa para financiamento da atividade rural criado pela resolução n. 82 do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1995. Na resolução ficou definido que os recursos necessários ao financiamento das atividades agrícolas e pecuária seriam oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (BACEN, 2010).

Segundo Schaurich (2007), a finalidade do PROGER-RURAL era abrir o crédito fixo a fim de custear as despesas normais de investimentos. Já o público-alvo, eram os produtores e agroindústrias, de micro e pequeno porte, além das cooperativas formadas por produtores que se enquadrem nestes grupos. Todavia, como as taxas do PROGER-RURAL não eram comparáveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e diante de uma falta de delimitação dos grupos, o programa entrou em decadência pouco tempo após seu lançamento. Para evidenciar o declínio, observa-se a queda no número de

contratos e do montante liberado pelo programa entre 1996 e 2001, caindo de 120 mil operações com o valor de R\$ 944 milhões de reais, para 13 mil contratos que totalizaram R\$ 127 milhões de reais no período (Passos; Costanzi, 2002).

Com o enfoque fornecido há um grupo já atendido pelo PRONAF, tornou-se necessário reformular o programa. Passos e Costanzi (2002, p. 57) citam que seu principal objetivo, era o de “atingir um público-alvo enquadrado em situação financeira imediatamente superior à dos beneficiários do PRONAF, porém ainda carente de créditos especiais”. Desde sua reestruturação em 2002, os recursos direcionados ao PROGER-RURAL foram crescendo gradativamente, na medida em que foram adicionadas novas fontes de financiamento ao programa.

Conforme observado no Plano Safra, o PROGER-RURAL possuía no ano de 2002 apenas disponibilização de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de bancos cooperativos e, ao longo dos anos, passou a ter direcionamento de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das demais fontes que financiavam o crédito rural. E isso fez com que no plano safra 2009/2010, o montante revertido ao PROGER-RURAL chegasse em R\$ 5 bilhões de reais (Brasil, 2002; Brasil, 2009).

O incremento de recursos, sobretudo para a safra 2009/2010, quando os valores direcionados ao PROGER-RURAL cresce 72% em relação ao ano safra anterior, deu-se em função da mudança na ótica do governo brasileiro, o qual passa a perceber o médio produtor como essencial para o avanço da economia, somado a necessidade de modernizar a atividade em razão das preocupações com a questão ambiental (Blecher, 2009).

Já no ano seguinte, ocorreu uma alteração na história do PROGER-RURAL. No dia 07 de junho de 2010, o Banco Central do Brasil publicou a resolução n. 3.865, que em seu artigo 4º altera o nome do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural para Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), devendo manter todas as características vigentes de seu antecessor (Brasil, 2010).

O PRONAMP apesar de manter as características do PROGER-RURAL, desde 2011 tem passado por atualizações e aprimoramentos. O programa efetua oferta de crédito por meio de duas modalidades, o custeio e o investimento. O crédito para custeio visa cobrir todos os custos inerentes aos ciclos produtivos, enquanto o crédito para investimento se associa à necessidade de criação, ampliação e modernização da estrutura de produção, tendo como foco o aumento da produtividade (Scapin, 2021). Ao considerar que já se passaram mais de uma década da criação do programa, Fossá et al. (2022, p.43) sintetizam algumas informações relevantes sobre o seu funcionamento:

Atualmente, o enquadramento estabelecido no Manual do Crédito Rural vigente condiciona à categoria aqueles agricultores com renda bruta anual de até R\$ 2.400.000,00. A taxa de juros do programa foi fixada ao ano em 5,5% ao custeio e 6,5% sobre o investimento, conforme o último Plano Safra (2021/2022), posicionando-se no centro entre as tarifas executadas pelo PRONAF e aos demais agricultores (os grandes e muito grandes). Acerca das demais condições, especialmente quanto aos períodos de pagamento, o PRONAMP tem o prazo de 12 meses para o pagamento do custeio e de até oito anos para o investimento. [e 12 meses para custeio agrícola, o custeio pecuário pode chegar a 24 meses - acréscimos nossos].

Conforme Geller (2014), a dinâmica da economia está centrada na produção rural e os médios produtores são vitais para a atividade agropecuária, em função da elevada participação na cadeia produtiva e por serem detentores de grandes parcelas de áreas rurais no país. Em virtude disso, urge a necessidade de que o crédito seja ofertado com taxas atrativas para esse grupo, de maneira a fomentar a atividade rural e possibilitar maior inserção no mercado internacional.

Nesse sentido, o Plano Agrícola e Pecuário (2020/2021) indica que o PRONAMP é prioritário para a economia nacional e para o fortalecimento dos médios produtores rurais. A cada plano safra, o PRONAMP tem sido impulsionado com o aumento de recursos destinados, exemplifica o cenário o período de julho de 2020 a junho de 2021, no qual ocorreu um incremento de recursos com variação de 25,1% se considerado o período anterior, subindo de R\$ 26,49 bilhões para R\$ 33,1 bilhões de reais (Brasil, 2019; Brasil, 2020).

Salienta-se que a prioridade do programa advém dos resultados gerados no âmbito do desenvolvimento econômico e social para a população. Brinker (2019), aponta que, nas localidades em que se observou um maior volume de contratos formalizados pelo PRONAMP, também se constatou a redução no analfabetismo e na desigualdade na distribuição da renda, acrescidos, ainda, de maior geração de empregos, elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Gini, concedendo ao setor agrícola maior participação no PIB local.

Diante disso, torna-se fundamental o debate sobre os rumos que o programa deve assumir no futuro, especialmente quanto aos itens financiados, visando o pleno fortalecimento rural e o atendimento das demandas da sociedade brasileira no que se refere à produção agropecuária (Fossá et al., 2022). Na seção seguinte, apresenta-se o caminho percorrido na realização da pesquisa em Dom Pedrito, na Campanha Gaúcha.

METODOLOGIA

O estudo possui abordagem quantitativa e caráter descritivo. Caracteriza-se como quantitativa, posto que seus resultados podem ser quantificados e centram-se na objetividade (Gil, 2017), e como descritiva, pois busca descrever e analisar os fatos e fenômenos de certa realidade e suas relações entre si (Gerhardt; Silveira, 2009).

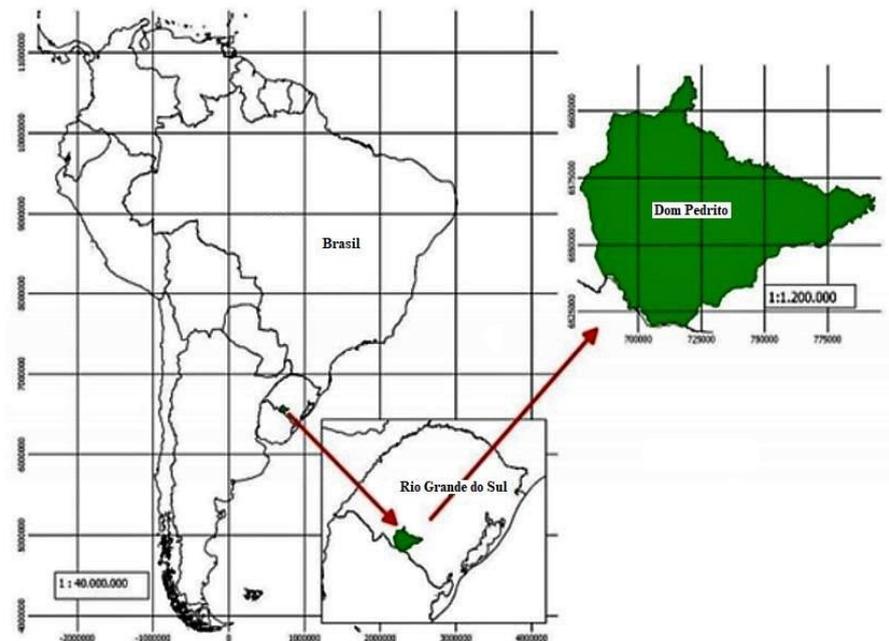
A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental e coleta de dados secundários. A análise documental pautou-se em leis e resoluções que tratam sobre a formalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, bem como definem e normatizam o PRONAMP. A etapa de coleta de dados secundários foi realizada junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), especificamente na plataforma digital “Matriz de Dados do Crédito Rural”.

Destaca-se que o período de análise foi de julho de 2013 a junho de 2021, considerando o Plano Safra. A escolha do período se deu por dois motivos, a saber: a) a divulgação do número de contratos e montante destinado via PRONAMP, feita pelo BACEN, apenas a partir de janeiro de 2013; b) o período de cada plano safra, que data no mês de julho, o início de cada ano agrícola e, em junho do ano subsequente o seu término. Os valores monetários foram atualizados pelo Índice Geral de Preços (IGP) considerando o mês de dezembro de 2021, como referência. A técnica de análise de dados empregada foi a estatística descritiva.

O município de Dom Pedrito localiza-se ao sul do estado do Rio Grande do Sul, região denominada como Campanha Gaúcha. Compõe a base de sua economia, as atividades pecuárias (bovina e ovina) e agrícolas, em especial, as culturas de arroz e da soja e, mais

recentemente, a ampliação da produção frutífera com destaque para a vitivinicultura e olivicultura (FEE, 2018). Em relação aos aspectos demográficos, constitui área territorial de 5.194, 051 km², com população estimada em 2021 de 38.222 habitantes (IBGE, 2023), apresentando uma distribuição de 90% urbana e 10% rural (SEBRAE, 2019) e PIB per capita no valor de R\$ 36.521,95 para o ano de 2020 (IBGE, 2023a). A Figura 1 ilustra a localização do município.

Figura 1: Localização de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Adaptado de Nascimento et al. (2020).

A pesquisa foi realizada via Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a qual foi criada há pouco mais de 15 anos na região da Campanha Gaúcha, com campi em dez municípios, sendo Dom Pedrito um deles. A região foi contemplada com uma Universidade Federal por ser considerada subdesenvolvida, pelos baixos índices de desenvolvimento e pela elevada desigualdade social (Lopes, 2023). Nesse sentido, tem-se realizado uma série de pesquisas visando analisar os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, no qual esta se inclui.

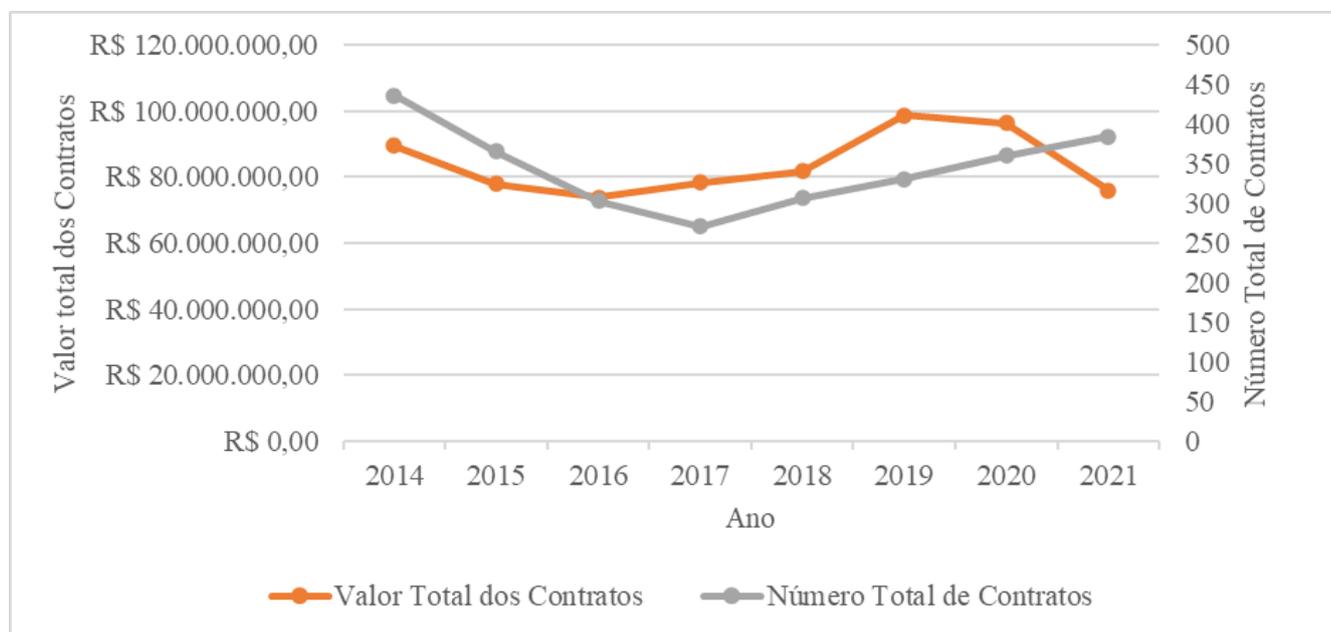
ATUAÇÃO E DESEMPENHO DO PRONAMP EM DOM PEDRITO/RS

O crédito rural na atividade agropecuária se estabelece como um meio para fornecer as condições básicas para os produtores potencializarem suas estruturas produtivas, alavancando os investimentos em tecnologias e modernização da atividade, a fim de aumentar sua competitividade (Oner Filho, 2017). Adicionalmente, o crédito rural pode proporcionar melhores expectativas de retorno e fomentar o desenvolvimento e expansão da agropecuária (Ninaut, Matos; Caiado, 2009). Em vista disso, identificou-se o montante de crédito contratado via PRONAMP no setor agropecuário em Dom Pedrito.

O Gráfico 1 evidencia que no período em análise ocorreram mudanças em relação ao montante acessado por meio do programa. Entre os anos de 2014 a 2016 houve uma queda na demanda

por crédito rural, que pode ser observado na linha vermelha (valor total dos contratos) superior a 28%. Na mesma direção, tem-se uma redução do número de contratos por um período maior (2014-2017). Já nos anos seguintes, até 2019, o crédito liberado pelo PRONAMP cresceu acima de 53%. E, na sequência, retoma o sentido de baixa, apresentando uma nova queda de 22,90% na liberação de recursos. Ao analisar o período integralmente, observa-se uma redução de 15,35% no total de recursos contratados via PRONAMP no município de Dom Pedrito.

Gráfico 1: Montante de crédito rural repassado pelo PRONAMP e número total de contratos efetivados no período entre 2014 e 2021, em Dom Pedrito/RS



*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2021.

Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

O primeiro movimento, a queda no crédito rural entre 2014 e 2016, é reflexo da crise que o Brasil vivenciou após um período de supervalorização da moeda, em que o mercado interno não acompanhou a evolução do mercado externo e refletindo em todos os setores da economia, conforme Servo (2019) e Ivo (2018). Os autores reforçam que a conjuntura macroeconômica deixou o país mais fragilizado, o que desencadeou em um período de retração produtiva no setor agropecuário, principalmente, em decorrência da queda no preço das *commodities*, da desaceleração da economia chinesa - principal parceira comercial do país - e do estranho² processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O segundo movimento, o significativo aumento no crédito rural acessado por meio do PRONAMP, entre 2018 e 2019, é resultado de um período de recuperação econômica no setor agropecuário em que o PIB do setor volta a ter crescimento real e ocorrem fortes aportes em linhas de crédito por parte do BNDES, permitindo a ampliação de armazéns e modernização

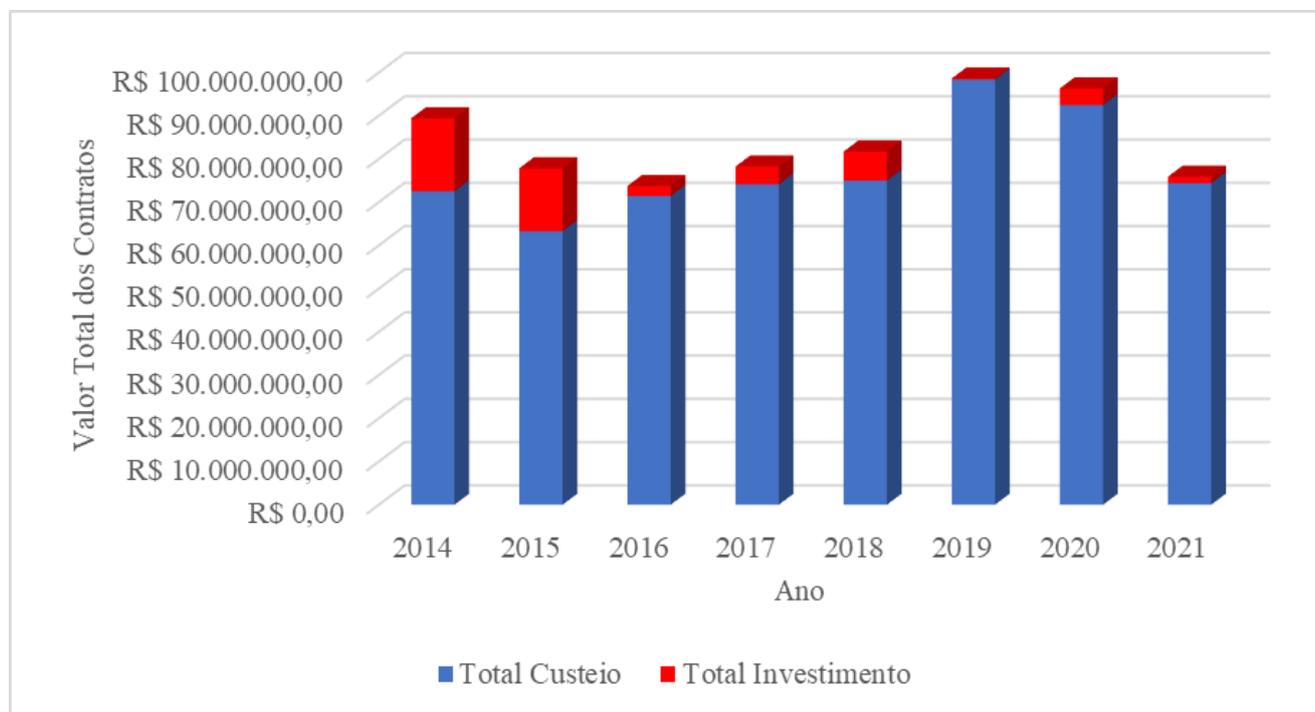
² De acordo com Ivo (2018), apenas dois dias após o *impeachment*, foi aprovado pelo Congresso Nacional a Lei 13.332/2016 (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13332-1-setembro-2016-783558-norma-pl.html>), que autoriza a utilização de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso. E a utilização deste crédito foi a denúncia em qual todo o processo de *impeachment* foi fundamentado. Ainda, segundo a autora, as velhas oligarquias agrárias que integram o bloco do agronegócio no Congresso Nacional, estavam sendo afetadas pela queda no preço internacional das *commodities* e ameaçadas pelas denúncias de corrupção, aproveitando-se do momento foram determinantes para o prosseguimento do processo.

da infraestrutura agropecuária, além de condições climáticas favoráveis para o desempenho das atividades (Fiedler, 2020).

A partir de 2019, a queda no montante total liberado pelo PRONAMP, resulta na necessidade de diminuir a participação dos recursos controlados por meio de crédito rural, o que se tornou um dos principais desafios enfrentados pelo setor agropecuário. Como consequência, entre 2017 e 2020, o percentual de recursos da poupança rural que deveria ser aplicado em operações de crédito rural diminuiu de 65% para 60% e o percentual de recursos obrigatórios reduziu de 30% em 2019 para 27,5% em 2020, limitando o montante disponível para operações de crédito rural (Halum, 2021).

Estes fatores também são explicativos para o movimento gráfico acerca do número total de contratos efetivados, sendo que no período de crise econômica, entre 2014 até 2016, o número de contratos foi cada vez menor. No entanto, a partir do segundo semestre de 2017, a quantidade de contratos demonstrou crescimento, reflexo do momento de recuperação econômica. Outro ponto importante, relaciona-se ao direcionamento dos recursos entre atividades de custeio e de investimento, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Valor total dos contratos por destinação de recursos entre custeio e investimento, acessados via PRONAMP, entre 2014 e 2021, em Dom Pedrito/RS



*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2021.

Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

De acordo com os dados, há predominância do crédito rural voltado para o custeio, o que pode ser explicado, segundo os planos safra de 2014 a 2020 e a matriz de crédito rural do BACEN, por dois motivos, a saber: a) pela maior disponibilidade de recursos para as atividades de custeio; e b) e pelo limite de financiamento para o custeio ser superior ao de investimentos.

Ao se analisar o número de contratos por destinação de recursos (Gráfico 3), a superioridade dos contratos direcionados para custeio se torna ainda mais evidente. Visto que a modalidade contou com 295 contratos efetivados em 2014, chegando a 375 no ano de 2021, maior número

de contratos efetivados até então. Já os contratos voltados ao investimento apresentaram uma redução drástica no período em análise, caindo de 141 contratos no ano de 2014 para apenas nove em 2021 (BACEN, 2021).

Gráfico 3: Número total dos contratos por destinação de recursos entre custeio e investimento, efetivados via PRONAMP, entre 2014 e 2021, em Dom Pedrito/RS



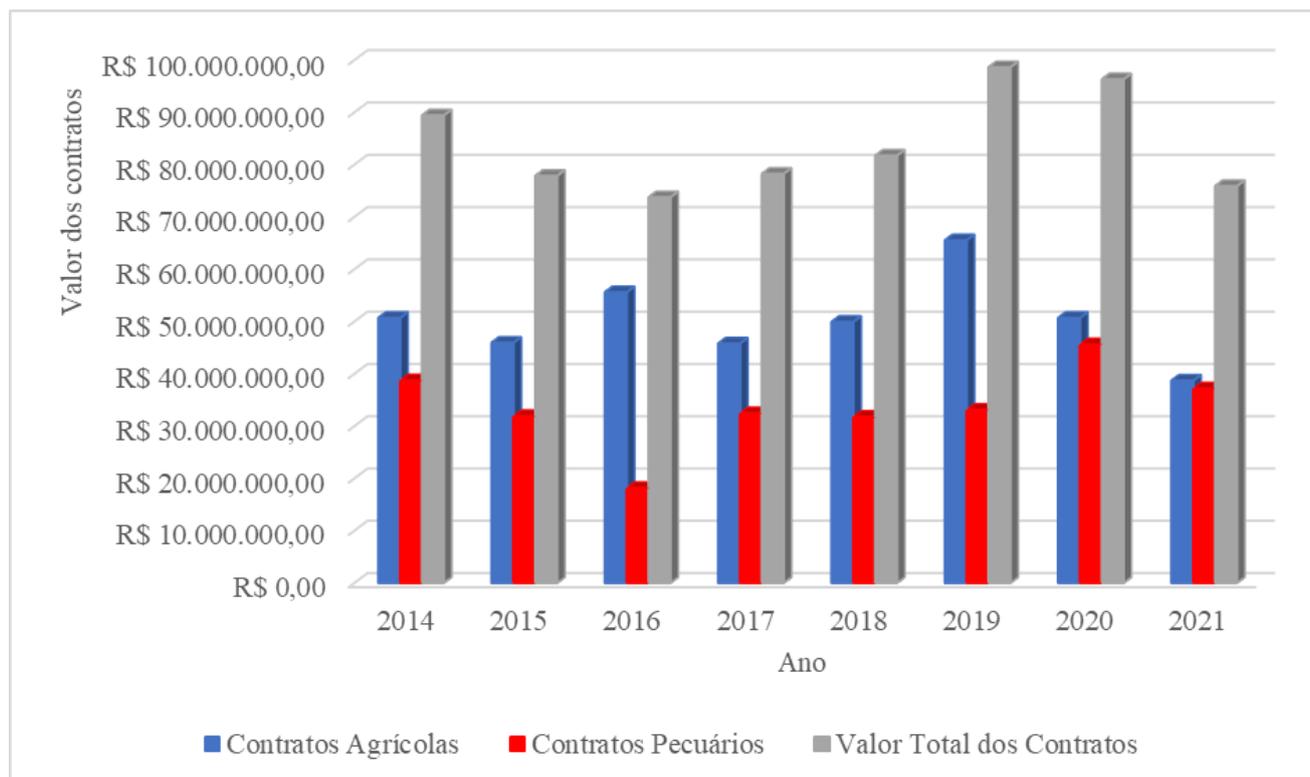
Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

Para Machado (2017) e Troian e Machado (2020), esse cenário é uma característica de regiões mais capitalizadas, onde os produtores rurais são os clientes prediletos dos agentes financeiros, por possuírem garantias suficientes para a oferta de contratação de créditos e estarem, essencialmente, voltados para inserções mercantis e produção de *commodities*.

Nesse sentido, observa-se em Dom Pedrito uma dinâmica produtiva com maior concentração de capital, menor necessidade de créditos voltados ao investimento e capaz de absorver quantias maiores de recursos voltados ao custeio, que são os responsáveis pela geração de riquezas (Nunes et al., 2015).

Nesse contexto, Santana, Santos e Freitas (2019) expõem que a política de crédito rural e o financiamento das atividades foram constituídos visando atender a demanda de capital para o andamento das atividades rurais e, deste modo, estimular o desenvolvimento agropecuário. Visando ilustrar o direcionamento dos recursos entre as atividades agrícolas e pecuárias, apresenta-se o Gráfico 4.

Gráfico 4: Montante de crédito rural liberado por atividade agrícola e pecuária via PRONAMP, entre 2014 e 2021, em Dom Pedrito/RS



*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2021.

Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

Ao analisar o montante liberado em contratos agrícolas e pecuários, observa-se que enquanto a atividade agrícola cresce a pecuária se reduz, exceto nos anos de 2015 e 2021, em que ambas as atividades tiveram movimentos no mesmo sentido. Tal movimento é evidenciado de forma mais contundente no ano de 2016, quando a atividade agrícola obteve um incremento próximo a 20% no valor total acessado e a atividade pecuária teve redução de, aproximadamente, 40% no montante efetivado. No ano de 2020, verifica-se um movimento inverso, ou seja, o montante dos contratos voltados à pecuária apresentou aumento de 40% e o valor dos contratos direcionados à agricultura caíram por volta de 20%.

Além disso, observa-se que, entre 2020 e 2021, a representatividade das duas modalidades na parcela de crédito tomado por meio do PRONAMP apresenta valores muito próximos. Esse movimento se deve à integração da lavoura-pecuária que, de acordo com os ciclos de cada cultivo em determinado período do ano, o campo é utilizado para as plantações de *commodities* e em outra época para a criação de gado (Duarte et al., 2018).

Em relação à atividade agrícola, percebe-se pouca variação no período de crise entre 2014 e 2017, permanecendo em torno de 10% em relação a 2014, quando começa o período de análise. No entanto, a partir de 2017, o acesso ao crédito para atividade cresceu motivado pela expansão da atividade agrícola no município, que assim como outras regiões do país estava demonstrando recuperação no período pós-crise (Ivo, 2018).

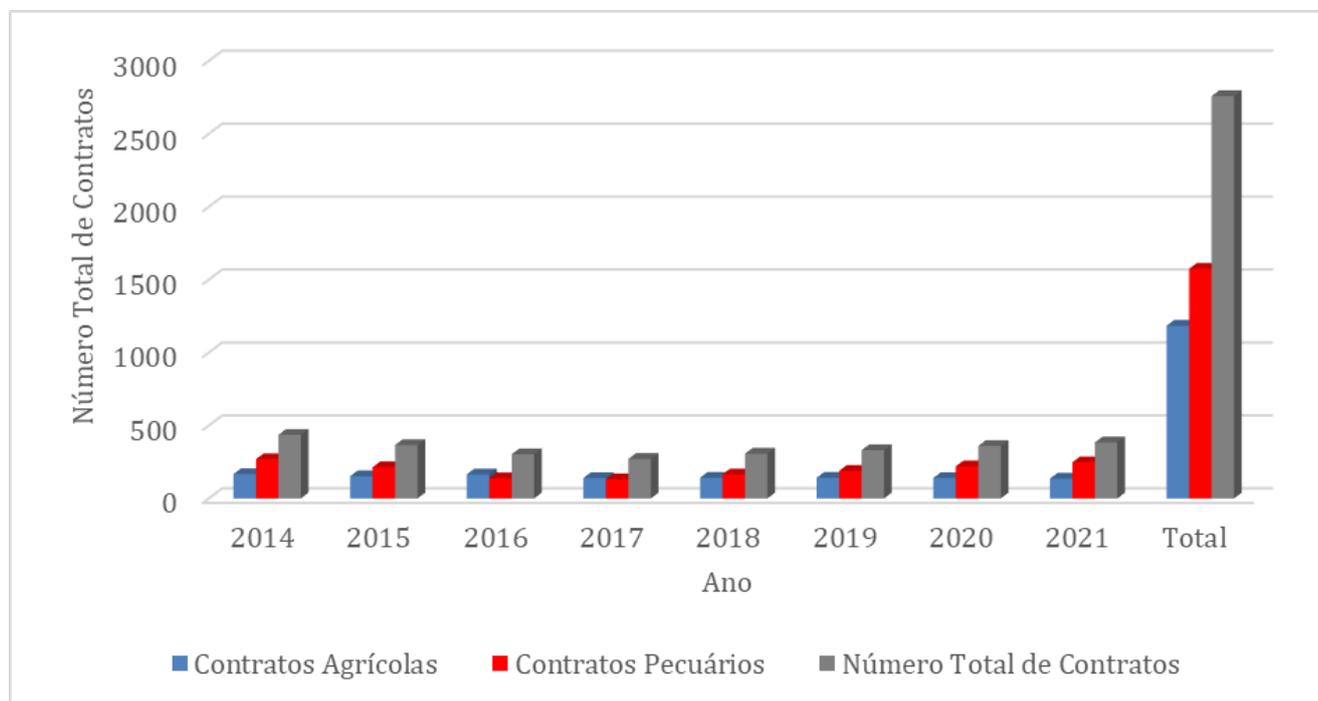
Já a atividade pecuária acabou sofrendo maior influência da crise, com uma redução próxima a 20% no volume de crédito rural, sendo a principal responsável pela contração no montante total de crédito. O valor que em 2014 totalizou aproximadamente R\$ 89 milhões e até 2016 se reduziu para valores próximos à R\$ 73 milhões, seguindo o mesmo padrão demonstrado pela

economia brasileira no período. Em 2016, quando a economia brasileira passa a recuperar sua capacidade, a atividade pecuária acompanha o crescimento e, desde então, vem ganhando espaço no cenário municipal ao apresentar um crescimento próximo de 150% até 2020.

Destaca-se que, tanto a atividade agrícola em 2019 como a atividade pecuária em 2020, voltaram a apresentar redução no acesso ao crédito, aproximadamente de 40% e 20%, respectivamente. A queda ocorrida no montante acessado no período, relaciona-se à redução de oferta de créditos controlados, à maior concentração de terras e à redução do número de estabelecimentos comerciais no município (Halum, 2021; IBGE, 2019; Maia; Troian, 2020).

No entanto, entre 2014 e 2021, a pecuária apresentou um número maior de contratos, totalizando 1574 contratos efetivados no período contra 1184 contratos agrícolas, indicando que a atividade contempla um número maior de estabelecimentos. Contudo, ao comparar os dois últimos censos agropecuários, torna-se possível notar que, entre 2014 e 2016, o município apresentou redução no número de contratos pecuários, caindo de 269 para 138 contratos efetivados, coincidindo com um período em que o número de cabeças dos rebanhos diminuiu e o espaço das lavouras aumentou (IBGE, 2017; IBGE, 2019), conforme ilustra o Gráfico 5.

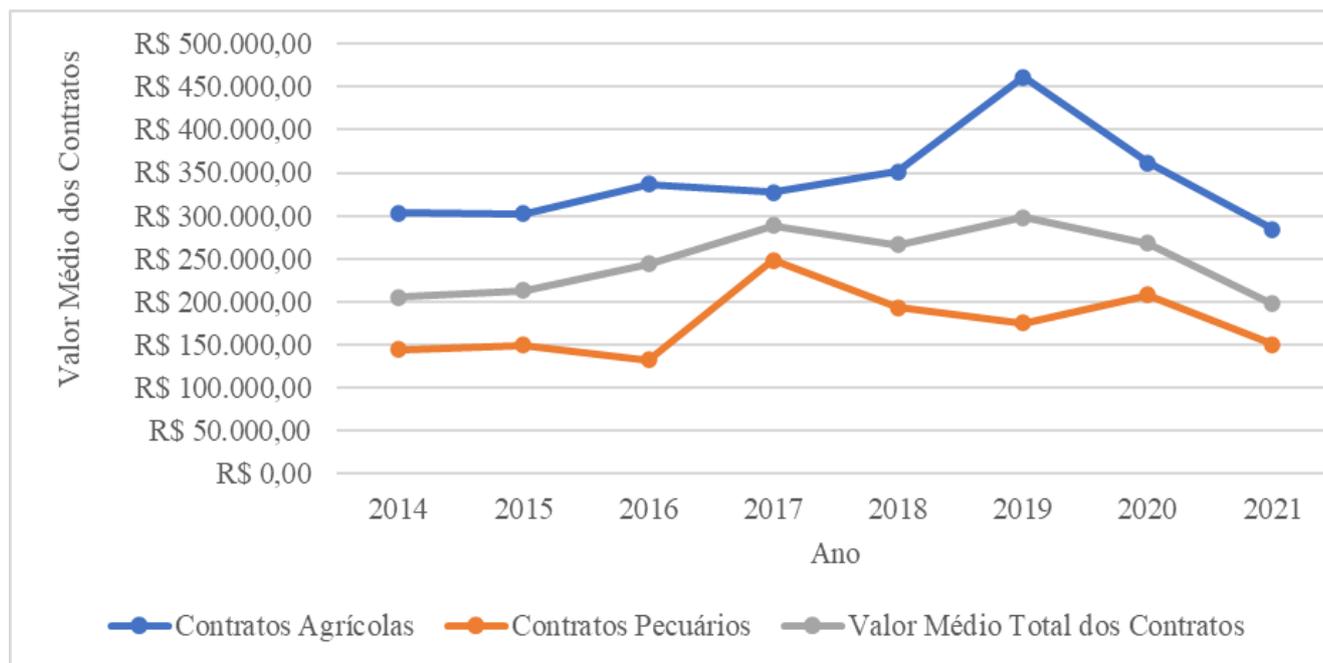
Gráfico 5: Número total de contratos efetivados e número de contratos efetivados por atividade agrícola e pecuária via PRONAMP, entre 2014 e 2021, em Dom Pedrito/RS



Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

Vale ressaltar ainda que, na atividade pecuária, as mudanças no montante final estão diretamente relacionadas às alterações no número de contratos efetivados. Entretanto, na atividade agrícola, onde o número de contratos oscila pouco e possuem uma variação média de 5,48% ao ano no período estudado, as alternâncias podem ser provocadas por poucos produtores, indicando que estes podem deter boa fatia do crédito total acessado. Ante o exposto, no Gráfico 6, detalha-se os efeitos dos movimentos acima citados, considerando o valor médio dos contratos efetivados em cada uma das atividades.

Gráfico 6: Valor médio total dos contratos e valor médio por atividade agrícola e pecuária dos contratos de crédito rural efetivados via PRONAMP entre 2014 e 2021 em Dom Pedrito/RS



*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2021.

Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

Na atividade pecuária, tanto o número total de contratos efetivados quanto o valor dos contratos cresceram, elevando-se o valor médio por contrato. Já na atividade agrícola, como consequência da expansão da lavoura e da redução no número de estabelecimentos agropecuários, percebe-se um aumento no valor médio dos contratos. Em linhas gerais, a agricultura possui um montante final acessado via PRONAMP maior do que a pecuária, mesmo contando com um número inferior de contratos efetivados. Os contratos agrícolas sempre obtiveram um valor médio por contrato muito superior ao da pecuária, sendo 110% a diferença inicial em 2014, caindo para 30% em 2017 quando o valor médio dos contratos das duas atividades esteve o mais próximo possível, crescendo para aproximadamente 150% em 2019 e reduzindo para próximo de 90% no último ano analisado.

Este pode ser um dos indicadores que justifica o espaço que a agricultura vem ganhando, posto que, localmente, conforme IBGE (2019) e Maia e Troian (2020), até 2017, as lavouras auferiram espaço em relação à pecuária, e o cultivo de soja foi o grande responsável pelo avanço. No mesmo sentido, Silva e Schwartz (2019) evidenciam que, entre os anos de 2006 e 2017, as lavouras cresceram cerca de 42% no território nacional, o que reafirma ainda mais a força do avanço da atividade.

Maia e Troian (2020) alertam para a concentração de terras na localidade, sendo que esse aspecto pode ser percebido mediante o valor médio de contratos na atividade agrícola, isto é, o montante final liberado cresce não em função de um aumento de beneficiários, mas o oposto, devido ao aumento do valor médio dos contratos. Outro fator importante em relação à expansão da lavoura, refere-se ao avanço da soja sobre áreas que pertenciam a outros cultivos ou até mesmo da pecuária.

Pamplona, Mello e Ribeiro (2017) identificam no avanço do grão um fator de preocupação, já que nos locais onde o cultivo se instalou, observa-se uma redução da pecuária tradicional, bem

como pode representar a causa para degradação do campo nativo, que é uma condição favorável à criação da pecuária de corte típica no município. Somado a isso, o cultivo tem superado desafios inerentes a atividade, a soja possui a característica de ser um produto valorizado em escala global e com constante valorização de preço. Por essas razões, a área destinada ao plantio do grão tem se expandido de maneira vertiginosa, sendo o maior responsável pelo avanço das lavouras no município (Curtinaz, 2021).

Apesar de não ter crescido na mesma proporção da soja, a partir da segunda metade de 2018, a atividade pecuária passou a demonstrar forte expansão no acesso ao crédito para os médios produtores, tanto em número de contratos como em valor monetário. Conforme Duarte et al. (2018), tal movimentação pode ser consequência da integração de dois sistemas de produção, lavoura e da pecuária, de forma a fazer uma rotação entre ambos, sendo que a pecuária faz uso dos resíduos deixados após os períodos de safra da lavoura de soja e, assim, obtém-se uma maximização de lucros.

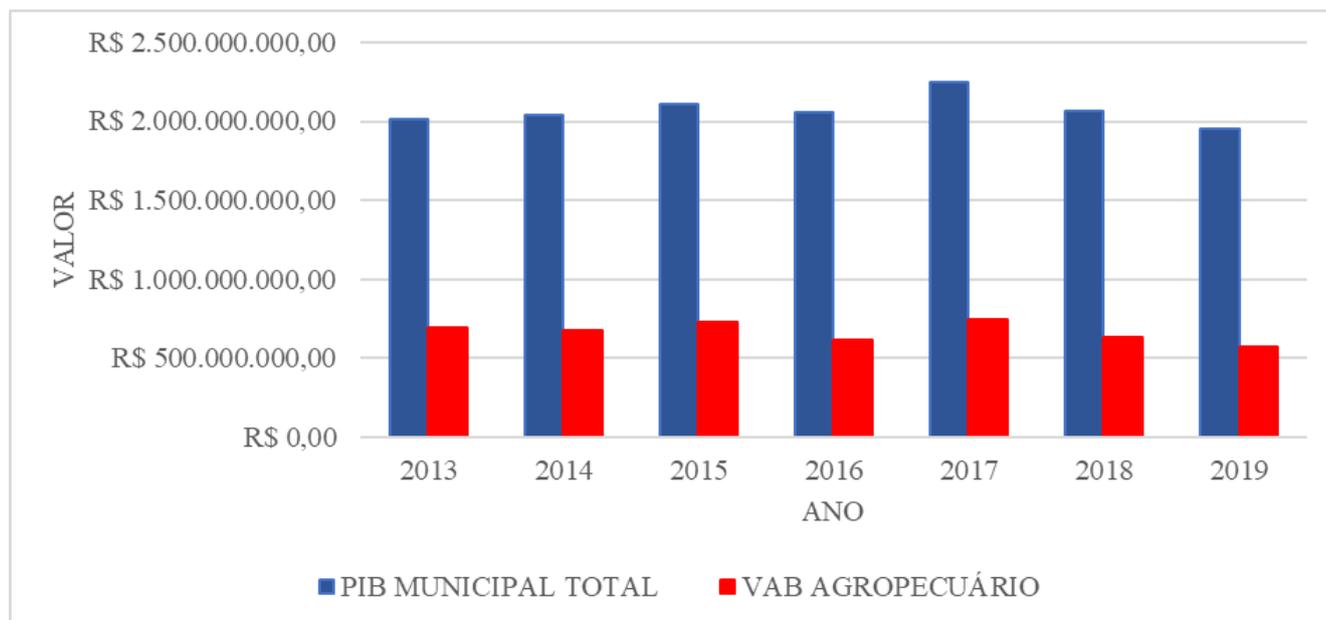
Curtinaz (2021) salienta que no município de Dom Pedrito se percebe, ainda, a integração da floresta aos dois sistemas produtivos, dado que as áreas destinadas às atividades vêm ganhando espaço nos últimos anos. Conforme a autora, a expansão dessas culturas tem como ponto central a pauta de exportações brasileiras e gaúchas, corroborando ao entendimento de que o nível de emprego e renda depende das exportações, que por sua vez estão inteiramente ligadas às *commodities* e à agricultura. Posto isso, a seção seguinte aborda acerca das possíveis contribuições do PRONAMP nas alterações no espaço rural do município.

A forma como o crédito rural é ofertado impacta diretamente na decisão de investir dos produtores, tornando-se central na definição da dinâmica do setor no país (Buainain et al., 2007). Devido a isso, o crédito rural tem a função de fornecer as ferramentas necessárias ao desenvolvimento da atividade rural, quando vultosos investimentos são requeridos para o avanço agropecuário e assume o papel de estimular os produtores a realizarem os aportes de capital necessários para o crescimento do setor (Ocner Filho, 2017).

De modo a destacar a relevância das atividades agrícolas e pecuárias para a economia local, evidencia-se o Valor Adicionado Bruto (VAB) da atividade agropecuária para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, o Gráfico 7 a seguir apresenta a evolução do PIB municipal e o VAB da atividade agropecuária, considerando as variações em termos reais de 2013 até 2019.

O Gráfico 7 ilustra que o ápice do PIB municipal e do VAB agropecuário foi em 2017, R\$ 2,24 bilhões e R\$ 747 milhões, respectivamente, sendo que até esse ano (2017) ambos estavam demonstrando crescimento real. No entanto, a partir de 2018 o cenário se altera e os dois indicadores começam a apresentar queda próxima a 20% no ano de 2018 seguido de nova queda próxima a 8% em 2019, evidenciando uma retração no PIB municipal em termos reais no período.

Gráfico 7: PIB Total e Valor Adicionado Bruto da atividade agropecuária no município de Dom Pedrito/RS, entre 2013 e 2019



*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2021.

Fonte: Elaborado com dados do Bacen (2021).

Além disso, evidencia-se a importância da atividade agropecuária para o PIB municipal, visto que exceto em 2014 quando o VAB agropecuário cai e o PIB cresce, as alterações em ambos possuem o mesmo sentido. Contudo, quando confrontadas as alterações no VAB da atividade agropecuária com as transformações no cenário municipal, pode-se confirmar os problemas gerados pela concentração de terras.

Com base nos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017), torna-se possível identificar transformações no rural de Dom Pedrito. O número de estabelecimentos reduziu mais de 20% e a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários cresceu mais de 10%, evidenciando que as terras ficaram mais concentradas. Os resultados encontram-se compilados no Quadro 1.

Quadro 1: Caracterização da atividade agropecuária em Dom Pedrito, conforme o Censo Agropecuário (2006 - 2017)

Indicadores	Censo Agropecuário 2006	Censo Agropecuário 2017
Número de estabelecimentos agropecuários	1.410 estabelecimentos	1.119 estabelecimentos
Área total dos estabelecimentos	414.135 hectares	469.788 hectares
Área total destinada à lavoura	81.327 hectares	140.965 hectares
Rebanho total do município	486.630 cabeças	400.951 cabeças

Fonte: Elaborado com dados do IBGE (2006; 2019).

Conforme Scapin (2021), tal efeito pode ocorrer em função do custeio agropecuário fornecer um aumento na renda, o que permite aos produtores custearem toda sua atividade com seu próprio dinheiro e expandirem suas terras. O resultado dessa concentração é citado por Medeiros (2017), em um processo de subdesenvolvimento, levando a um consumo exagerado do excedente social que não acelera a acumulação de capital necessária para alterar as estruturas produtivas, debilitando a geração de novos empregos e impedindo o desenvolvimento.

Deste modo, torna-se possível verificar que o cenário rural de Dom Pedrito é semelhante ao constatado a nível de Brasil. Conforme Mattei (2014), o país figura entre os que possuem maiores concentrações de terra, quando avaliado pelo índice de Gini. O autor salienta que 32% dos estabelecimentos rurais brasileiros possuem apenas 1,8% do total das terras e que 54% da população rural vivia em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Barreto (2011), em estudo realizado sobre Dom Pedrito/RS, ressalta que o modelo voltado para grandes propriedades agrícolas gera diversos problemas sociais, como violência, desigualdade socioeconômica, baixo desenvolvimento humano, migração da força de trabalho para outras cidades, entre tantos outros, que decorrem da má distribuição da terra e da renda. Ademais, o autor enfatiza que a elevada quantidade de terras nas mãos de uma pequena parcela de produtores, torna a população rural empobrecida, incapaz de acompanhar as mudanças que se impõe ao longo do tempo, suprimindo o desenvolvimento.

O aumento das lavouras em Dom Pedrito acompanha uma tendência que é observada em todo o território brasileiro. Dado que, o país lidera o ranking dos maiores produtores mundiais de soja e para contextualizar, na safra 2016-2017, a cultura ocupou uma área de 33,89 milhões de hectares, o que totalizou uma produção de 113,92 milhões de toneladas (EMBRAPA, 2017). Recentemente, na safra 2022-2023 a área plantada de soja no Brasil foi de 44.062,6 milhões de hectares, produzindo 154.566,3 milhões de toneladas do grão, sendo considerada uma supersafra (EMBRAPA, 2023). No mesmo sentido, no município, no ano de 2017 a área total plantada de soja era de 80.383 mil hectares e no ano de 2022, a dimensão cresceu para 151.500 mil hectares (IBGE, 2023b).

Com efeito, segundo Silva e Schwartz (2019), as áreas destinadas aos mais diversos cultivos avançaram em torno de 43%, com destaque para o crescimento das plantações de soja. Nesse sentido, a expansão dos cultivos agrícolas ocorre em função do aumento da demanda, dado que conforme Curtinaz (2021), a população global tem crescido constantemente e elevado a necessidade de produzir alimentos, assim o mercado voltado para produtos primários, nos quais as *commodities* estão inseridas, tem se valorizado gradativamente impulsionando novas entradas de capitais no setor. A autora cita ainda, os estímulos para exportação como outro fator-chave para a expansão das lavouras, já que o país atrela à exportação o elemento essencial para o crescimento econômico.

Apesar do avanço das lavouras e da produção de *commodities* direcionadas para exportação ser relevante para o desenvolvimento nacional, torna-se necessário verificar as mudanças trazidas sobre as questões naturais na região, como a modificação do ambiente e da cultura local, sobretudo no Bioma Pampa³ que compreende do município. Delanoy, Viana e Troian (2020) enfatizam a necessidade de políticas públicas que fomentem o respeito e o cuidado ao Pampa, tanto por seus atributos naturais, como por aspectos econômicos e sociais, envolvendo desde

³ Trata-se de um dos seis grandes biomas presentes em território brasileiro, o único que se encontra apenas em um estado, o RS. Contudo, não é exclusivo do país, estando presente também na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, totalizando mais de 750 mil km². É constituído por um ecossistema vasto e completo, composto por campos, banhados, matas ciliares, favorecendo a criação de gado, além do cultivo de diversas espécies de gramíneas (Bencke; Chomenko; Sant'anna, 2016).

o cuidado a natureza, até um correto descarte de agrotóxicos, controle do Javali e melhoria dos padrões de saúde dos trabalhadores rurais.

Echer et al., (2015) indicam que a expansão da agricultura, principalmente, o acelerado avanço do cultivo de soja está degradando a natureza, uma vez que já no ano de 2007, mais de 51% da vegetação do bioma pampa havia sido descaracterizada pela ação humana, colocando em risco a sustentabilidade do ecossistema. Kuplich Capoane e Costa (2018) afirmam que a expansão da agricultura tem provocado diversas alterações no bioma, deteriorando os campos nativos, descaracterizando a propriedade, reduzindo a biodiversidade e, sobretudo, levando a uma perda da cultura gaúcha

Apesar de reconhecer as alterações no rural da região e de Dom Pedrito, em específico, faz-se necessário mencionar que o crédito rural não é o único, nem o principal motivador, de tais mudanças, ele fomenta, financia e apoia, mas não é determinante. A valorização das *commodities*, os acordos internacionais, a apreciação do dólar, entre outras inúmeras ações internas e externas às propriedades rurais, estão o tempo todo inferindo e interferindo no cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os médios produtores rurais constituem um grupo que têm ganhado cada vez maior relevância no cenário nacional. No entanto, ele nem sempre foi foco das ações do governo, permanecendo por longos períodos à margem das ofertas de créditos e incentivos que o governo fornecia por meio do crédito rural.

Identificou-se que o PRONAMP, no município de Dom Pedrito, tem maior atuação nas atividades agrícolas do que pecuárias. A distribuição do crédito do PRONAMP entre as modalidades de custeio e investimento foi amplamente favorável ao custeio. O crédito foi direcionado em sua maioria para a atividade agrícola, que recebeu mais de R\$ 428 milhões em financiamentos frente a pouco mais de R\$ 268 milhões da pecuária. Entretanto, com a integração da lavoura-pecuária, como acontece no município, que permite combinar as duas atividades fazendo rotação entre os ciclos, vêm aumentando o acesso ao crédito voltado para pecuária desde 2018, sendo que em 2021 já passa a representar quase 50% do total acessado por meio do PRONAMP.

O crédito direcionado, sobretudo, ao custeio agrícola beneficia menos produtores que estão voltados à produção de *commodities*. Apesar da sua quantidade limitada, isso acaba fortalecendo um sistema já estabelecido de produção em que não há diversificação e mantém a renda e a terra concentrada nas mãos de uma pequena parcela de produtores. Esse cenário contribui para o empobrecimento da maioria da população e se configura como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. Cabe ressaltar que o modelo produtivo voltado para as *commodities* agrícolas acaba trazendo problemas para o bioma típico da região, modificando as características naturais do ecossistema, degradando o solo, os rios, a fauna, a flora e alterando a forma como o ser humano se relaciona com o ambiente.

Embora não seja uma tendência política atual, é importante que o PRONAMP passe por reformulações para atingir os objetivos pelo qual o programa foi criado, voltando-se para produtores menos capitalizados, que visam diversificar as culturas produzidas. Assim, o programa pode fomentar o desenvolvimento, não apenas em Dom Pedrito, mas em todo o país, ao criar postos de trabalho e promover a acumulação necessária para ampliação da esfera produtiva.

Por fim, salienta-se que o estudo encontrou alguns limitadores, entre eles a carência de fontes e referências sobre o PRONAMP, a não existência de uma divisão local, estadual ou nacional por porte de produtor, bem como a dificuldade em obter as características do público que acessou o crédito por meio do programa. Apesar disso, acredita-se que o estudo possa contribuir no fomento de discussões que auxiliem na reconfiguração do programa, permitindo ao PRONAMP contribuir para o desenvolvimento, melhorando as condições da vida no campo, ao externalizar seus efeitos para as demais áreas na economia.

REFERÊNCIAS

- BACEN - Banco Central do Brasil. **Resolução n. 3865**. Dispõe sobre ajustes nas normas de financiamento de custeio e de comercialização com recursos do crédito rural, a partir da Safra 2010/2011, 2011. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3865_v1_o.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.
- BACEN - Banco Central do Brasil. **Quantidade e Valor dos Contratos por Região e UF**, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUF.rdl>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- BARRETO, Vitor Angelo Villar. **Dom Pedrito, cidade e campo**: A modernização agrícola e a cidade local. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BENCKE, Glayson Ariel; CHOMENKO, Luisa; SANT'ANNA, Danilo Menezes. O que é o Pampa. In: CHOMENKO, Luisa; BENCKE, Glayson Ariel. **Nosso Pampa Desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 16-27. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25130950-nosso-pampa-desconhecido.pdf>. Acesso em 12 mar. 2024.
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p. 113.
- BLECHER, Bruno. Foco: médio produtor e meio ambiente. **Revista AgroAnalysis**, São Paulo, p. 36-38, jul., 2009. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/26887/25757>. Acesso em 11 mar. 2024.
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **BNDES destina R\$ 500 milhões ao Pronamp para financiamento a médios produtores rurais**, Publicado em 15 de março de 2012. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20120315_pronamp. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário. 2002-2003**. Brasília: MAPA/SPA, 2022, 76 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2002-2003.pdf/view>. Acesso em: 20 ago. 2021.

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2009-2010**. Brasília: MAPA/SPA, 2009, 56 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2009-2010.pdf/view>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011**. Brasília: MAPA/SPA, 2010, 48 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2010-2011.pdf/view>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2019-2020**. Brasília: MAPA, 2019, 48 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2019-2020/view>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2020-2021**. Brasília: MAPA, 2020, 56 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2020-2021/view>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Plataforma de Governança Territorial. **Consultar Índices Básicos**, 2023. Disponível em: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>. Acesso em: 13 out. 2023.
- BRINKER, Irineu. **O crédito na agricultura brasileira no período 2013-2018**: Um estudo do PRONAF, PRONAMP e demais linhas de crédito rural com ênfase no investimento. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; GONZÁLEZ, María Gabriela; CARVALHO, Adriana Pinto Vieira; MEIRELLES, Hildo de Souza Filho. **Alternativas de financiamento agropecuário**: Experiências no Brasil e na América Latina. 1 ed. Brasília: IICA/UNICAMP, 2007, 229 p.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, 1997.
- CASTRO, Paulo Roberto Valério. Do estado ao mercado: a trajetória do crédito rural brasileiro e as diversas fontes de financiamento, período colonial ao século XXI. **Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 40-49, 2017.
- COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n.3, (Edição especial), p. 03-58, 2001.
- CURTINAZ, Indrieza da Silva. **O avanço da soja no município de Dom Pedrito/RS à luz da teoria da Base exportadora**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- DELANOY, Marcelo; VIANA, João Garibaldi Almeida, TROIAN, Alessandra. Sustentabilidade de sistemas pecuários no Rio Grande do Sul e perspectivas de políticas públicas regionais. **Rev. Amaz. Organ. Sustentabilidade**, Belém, n. 9, 141-160, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v9i2.1877>

DUARTE, Phelipe Magalhães; SANTANA, Vivian Tallita Pinheiro de; DALMAS, Alysso Dias; FERRI, Isadora Eduarda Bariviera. Integração Lavoura-Pecuária (ILP): uma Revisão Literária. **Uniciências**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 106-109, 2018. DOI:

<http://dx.doi.org/10.17921/1415-5141.2018v22n2p106-109>

ECHER, Reges; CRUZ, José Antônio Weykamp da; ESTRELA, Carina Costa; MOREIRA, Marcelo; GRAVATO, Filipe. Usos da terra e ameaças para a conservação da biodiversidade no bioma Pampa, Rio Grande do Sul. **Revista Thema**, Pelotas, v. 12, n. 2, p. 4-13, 2015.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja em números (safra 2022/23)**, Embrapa Soja, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 18 out. 2023.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja**, Embrapa Soja, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>. Acesso em: 18 out. 2023.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Resumo estatístico**, Município: Dom Pedrito, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Dom+Pedrito>. Acesso em: 21 jul. 2022.

FIEDLER, Nicolas. **Análise do papel do crédito rural no crescimento do PIB do agronegócio do Brasil no plano safra 2018/2019**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

FOSSÁ, Juliano Luiz; MATTE, Alessandra; RENK, Arlene Anélia; MATTEI, Lauro Francisco. Da soja ao boi: análise da distribuição do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 40-53, 2022.

GELLER, Neri. **Médio produtor e a grande importância para o país**. Gazeta do Povo, Publicado em 24 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronego-cio/colunistas/convidados/medio-produtor-e-a-grande-importancia-para-o-pais-b2dma6ib7jb849ult3fctk924/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017, 176 p.

HALUM, César Hanna. Plano Safra 2021/2022 e seus desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 2, 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dom Pedrito - Censo agropecuário**, 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dom-pedrito/pesquisa/24/27745?ano=2006>. Acesso em: 25 ago. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades e Estados do Brasil**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/dom-pedrito.html>. Acesso em 12 out. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dom Pedrito - **Produção Agrícola - Lavoura Temporária**, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dom-pedrito/pesquisa/14/10193?ano=2022>. Acesso em: 18 out. 2023.

IVO, Anete. O ajuste neoliberal contra a democracia social: o contexto de 2015-2016, no Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 243, p. 32-57, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2018.n243.p32-57>

KUPLICH, Tatiana Mora; CAPOANE, Viviane; COSTA, Luis Fernando Flenik. O avanço da soja no Bioma Pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, 2018.

LOPES, Daniel Valter Vieira. **Universidade e desenvolvimento: as contribuições da Unipampa no desenvolvimento da saúde em Uruguaiana/RS**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2023.

MACHADO, Edenilson Tafernaberry Lencina. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**: uma análise da distribuição dos recursos entre as regiões brasileiras. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2017.

MAIA, Joelio Farias; TROIAN, Alessandra. Transformações no cenário rural em Dom Pedrito: efeitos da modernização da agricultura. In: XII Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE, 2., 2020, Santana do Livramento. **Anais [...]** Santana do Livramento: UNIPAMPA, 2020, v. 12, p. 1-2. Disponível em: https://ei.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/22167/etp1_resumo_expandido_22167.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

MATTEI, Lauro Francisco. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, 136 p.

MATTEI, Lauro Francisco. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 71-79, Suplemento Especial, 2014.

MATTEI, Lauro Francisco; FOSSÁ, Juliano Luis. A evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 26, n. 43, p.65-82, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v26i43.4053>

MEDEIROS, Fagner João Maia. **Rumos do desenvolvimento no pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado**: o debate teórico da crise do pensamento desenvolvimentista da década de 1960. 2017 (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

NASCIMENTO, Shirley Grazieli da Silva; SILVA, Júlio César Cordeiro da; HANKE, Daniel; ÁVILA, Mariana Rockenbach de; MENEGON, Bruno Scorsatto. A importância da sistematização de um banco de dados geográficos vetoriais da divisão político-administrativa do município de Dom Pedrito/RS para usos ambientais e agropecuários. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista, v. 13, n. 01, p. 12-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24979/363>

NINAUT, Evandro Scheid; MATOS, Marco Antonio; CAIADO, Rodrigo Chaer. O Crédito rural no Brasil: Evolução panorama atual. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 3, p. 39-49, 2009.

NUNES, Emanuel Márcio; ARAÚJO, Ionara Jane de; FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros de; LIMA, Jéssica Samara Soares de. Microcrédito, Infraestrutura e Desenvolvimento Rural:

- O Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 55-71, 2015.
- OCNER FILHO, Vagner. Papel do Crédito Rural Frente ao Crescimento Econômico do Brasil. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, n. 1, p. 16-30, 2017.
- PAMPLONA, Criziane Flores; MELLO, Carlos Humberto Lopes; RIBEIRO, Claudio Marques. O impacto da cultura da soja sobre o efetivo bovino de corte no município de Dom Pedrito. In: XII Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE, 2., 2020, Santana do Livramento. **Anais [...]** Santana do Livramento: UNIPAMPA, 2017, v. 9, p. 1-7. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/12210/seer_12210.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.
- PASSOS, Alessandra Ferreira; COSTANZI, Rogério Nagamine. Evolução e perspectivas dos programas de geração de emprego e renda. **Nota Técnica**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, 2002. 14 p. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agenzia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_20i.pdf. Acesso em 21 set. 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO. **História da Cidade**. 2023. Disponível em: <https://www.dompedrito.rs.gov.br/pagina/historia-da-cidade>. Acesso em: 14 out. 2023.
- RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JÚNIOR, Geraldo Bueno. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2010. 65 p.
- SANTANA, Adrielli Santos de; SANTOS, Gesmar Rosa dos; FREITAS, Rogério Edivaldo. Acesso ao crédito agrícola no Brasil: Dados preliminares do censo agropecuário de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 20, p. 51-61, 2019.
- SCAPIN, Beatriz. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: o processo de (des) territorialização da agricultura de Nova Palma e Pinhal Grande/RS**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2021.
- SCHAURICH, Marcos Roberto. **Operação de crédito investimento - Proger Rural - dificuldades na contratação**. 2007. Especialização (MBA em Gestão de Negócios Financeiros) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas: Dom Pedrito**, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Dom_Pedrito.pdf. Acesso em 20 jul. 2022.
- SERVO, Fábio. **Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra**. Carta de Conjuntura. IPEA, v. 43, 2º trimestre de 2019, p. 1-9, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9286/1/cc_43_nt_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito_rural.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.
- SILVA, Aristides. Resende, SCHWARTZ, Gustavo. Sobrevivência e crescimento inicial de espécies florestais em sistema de integração lavoura-pecuária-floresta no leste da Amazônia. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 12, p. 45-63, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2019v12n1p45-63>
- TROIAN, Alessandra; MACHADO, Edenilson. Tafernaberry Lencina. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 50, p. 109-128, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.109-128>